

A EPISTEMOLOGIA DA PASSABILIDADE: DEZ NOTAS ANALÍTICAS SOBRE EXPERIÊNCIAS DE (IN)VISIBILIDADE TRANS

EPISTEMOLOGY OF THE PASSING: TEN ANALYTICAL NOTES ON TRANS (IN) VISIBILITY EXPERIENCES

Tiago Duque*
duque_hua@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo apresenta dez notas analíticas sobre a experiência de passabilidade trans, isto é, de pessoas que são assignadas como sendo de um sexo quando nascem e, em diferentes momentos de suas vidas, intencionalmente ou não, passam por alguém de outro sexo. Essas experiências são analisadas aqui a partir da compreensão de que elas caracterizam um regime histórico de (in)visibilidade (reconhecimento). O referencial teórico envolve teorias e estudos feministas, pós-coloniais, transfeministas, queer, decoloniais, entre outros. A discussão aponta para um regime de (in)visibilidade fundamentalmente do sexo, além de sugerir que a passabilidade envolve pessoas trans e não trans. Conclui-se que se trata de experiências interseccionais de gênero, sexualidade, raça/cor, classe e outros marcadores sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Diferenças, Reconhecimento, Agência.

ABSTRACT: This article presents ten analytical notes on the experience of the “passabilidade trans” (trans passing), that is, of people who are assigned to be of one sex when they are born and, at different times in their lives, intentionally or unintentionally, “passar por” (to pass for) someone of another sex. These experiences are analyzed here based on the understanding that they characterize a historical regime of (in)visibility (recognition). The theoretical framework involves theories and studies feminist, postcolonial, transfeminist, queer, decolonial, among others. The discussion points to a regime of (in)visibility that is fundamentally about sex, in addition to suggesting that “passabilidade” involves trans and non-trans people. It is concluded that these are intersectional experiences of gender, sexuality, race/color, class and other social markers.

KEYWORDS: Differences, Recognition, Agency.

Dado que na realidade muito poucas pessoas cumprem com os requisitos estabelecidos socialmente para o homem e a mulher, o gênero pode chegar a ser muito impreciso e, por isso, pode se desdobrar de forma múltipla através de um sistema binário rígido. Ao mesmo tempo, como os limites que definem o homem e a mulher são tão elásticos, existem muito poucas pessoas nos espaços públicos cujo gênero seja completamente irreconhecível.

(Judith/Jack Halberstam, 2008)

Introdução

As experiências identitárias em torno das questões de gênero indica-nos, historicamente, o quanto o que anunciamos, ou o que nos apontam, como sendo a identidade, tem se multiplicado. Brah (2006) já nos chamou a atenção para o fato de que, no fluxo

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICMAP). Professor na Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Pantanal (PPGE-CPAN). Pesquisador do Impróprias - Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças (UFMS/CNPq).

identitário, “as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas” (2006, p. 371).

Esses “padrões específicos” citados por Brah (2006) são potencialmente rentáveis para a compreensão de como se produz a inteligibilidade (o reconhecimento/a identificação) de diferentes pessoas. Aqui, em especial, interesse-me mais pelas experiências de inteligibilidade do que pelas identidades em si, isto é, menos por um certo tipo de sujeitos/as e mais para o que as normas e as convenções sociais nos dizem a respeito deles/as e de nós mesmos/as. Dito de outro modo, ainda que a *passabilidade* seja algo experienciado comumente por grupos específicos, interessa-me o que ela tem a nos dizer a respeito de processos históricos mais amplos.

Considerando isso, o objetivo deste texto é apresentar notas analíticas sobre a experiências de *passabilidade* trans, isto é, experiências de pessoas que são assignadas como sendo de um sexo quando nascem e, em diferentes momentos de suas vidas, intencionalmente ou não, *passam por* alguém de outro sexo. Destaco que, conforme estudos anteriores (DUQUE, 2018; DUQUE, 2019a; DUQUE, 2020a), sabe-se que pessoas que não se identificam como trans também são envolvidas nessas experiências de *passabilidade*. Isso reforça o quanto, o que aqui me refiro como sendo o *passar por*, está para além de uma única experiência identitária ou corporal. Ele, sem dúvidas, indica-nos processos históricos muito particulares em relação a identificações bastantes difundidas socialmente.

Apresentarei, portanto, algumas notas sobre a *passabilidade/o passar por*. Reconheço que esses termos são êmicos, isto é, circulam entre pessoas trans. Não são termos criados academicamente na universidade, mas os trago para discussão responsabilizando-me por análises teóricas que podem ser opostas a parte do significado corrente. O intuito aqui não é esgotar a possibilidade de reflexão em torno dessas experiências, nem mesmo ser assertivo em todas as proposições analíticas, mas pensar em voz alta sobre em que esse regime de (in)visibilidade pode contribuir para a historicização identitária. Ao mesmo tempo, busco apontar para o quanto a separação de grupos como se fossem fronteiriçamente isolados em termos de normas e convenções sociais (as/os diferentes e as/os não diferentes, as pessoas trans e as pessoas não trans) podem nos levar a limitações analíticas, não somente de grupos tidos como marginalizados, mas, ao mesmo tempo, de grupos vistos como “mais privilegiados” socialmente.

Esse percurso exige uma explicação prévia. Quando me refiro a trans estou me referindo, mais precisamente, a identidades muito variadas, envolvendo as de travestis e transexuais, sejam transexuais masculinos ou femininas, mas também experiências que estão para além dessas três categorias. Aqui, trans refere-se mais a uma experiência de gênero do que a um conjunto mais restrito de identificações de gênero, ainda que a multiplicidade de identificações enquanto travestis e transexuais seja bastante reconhecida historicamente (BENTO, 2006, KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009; DUQUE, 2011, LEITE JÚNIOR, 2011, TEIXEIRA, 2013, entre outras/os).

Essas experiências aqui analisadas são entendidas como o lugar da formação das identidades, não como algo que simplesmente acontece, diante de um alguém já pronto e acabado. Ao invés disso, essas identidades não antecedem a experiência, não seriam como são sem que essas experiências acontecessem, e, ao mesmo tempo, elas precisam ser analisadas. As experiências identitárias, por elas mesmas, não são auto explicativas (BONDIA, 2002, SCOTT, 1998 e BRAH, 2006).

O referencial teórico aqui empregado é o que tem sido chamado em algumas áreas como “pós-crítico”: envolve teorias e estudos feministas, pós-coloniais, transfeministas, queer, decoloniais, entre outros. A numeração das notas que seguirão é mais ou menos aleatória, ainda que possa ser entendida como uma sugestão de sequência para a leitura. Assim, elas podem ser lidas de diferentes modos, não necessitando ser conhecidas na medida em que as anúncio no texto. Por sua vez, quando necessário, faço referência a notas posteriores ou anteriores em muitas delas, como uma tentativa de conectar exercícios reflexivos.

Notas analíticas sobre o passar por

Nota 1:

Rubin (1984) afirma que, apesar do sexo e do gênero serem relacionais, não são a mesma coisa, e que eles formam a base de duas arenas distintas da prática social. Nesse sentido, entendo que a *passabilidade* pode ser compreendida como algo que nos informa fundamentalmente sobre sexo, e não fundamentalmente sobre gênero, ainda que a questão da identificação generificada, autoatribuída ou não, faça parte dos processos de reconhecimento aqui em questão.

Além disso, considero que, assim como assume-se que todos os temas de significação envolvendo raça deve expressar-se por meio da especificidade de uma oposição de classe (assim como todos os temas de classe, por exemplo, através da especificidade de uma posição de gênero), todos os temas que envolvem gênero deveriam constituir-se necessariamente por meio da especificidade de uma sexualidade particular e vice e versa (SEDGWICK, 1998).

Nessa mesma direção, conforme indica Butler, “nada existe na prática sexual e nem no gênero que permita dar prioridade a um sobre o outro” (2008, p.334). Assim, essa separação não se trata de prioritária, como sendo sexo “mais marcador” que gênero nas experiências de *passar por*. “Contudo, se experimentam invariavelmente as práticas sexuais de maneira diferente de acordo com as relações de gênero onde elas se dão (BUTLER, 2008, p.334). Sabendo isso, é que, estrategicamente, aponto para a seguinte diferenciação em termos de identificação via a *passabilidade*: por mais que correntemente se refira a *passabilidade* como sendo de gênero, aqui, aponto para ela sendo, fundamentalmente, e não exclusivamente, de sexo. Implicações em torno da raça, classe e da sexualidade também precisam ser levadas em consideração, sobre isso discuto na nota 10.

Nota 2:

Quando nos referimos a *passabilidade* também a partir da sexualidade, como citado na nota 1, há nela algo muito diferente do que Sedgwick (1998) nos informou quando refletiu sobre o *armário* gay. Para ela, o *armário* é a forma como a ordem sexual – desde ao menos o final do século XIX – se constitui, dividindo a todas/os dentro do binário hétero-homo, de forma a garantir a manutenção do espaço público como sinônimo de heterossexualidade pela restrição da homossexualidade ao privado. No *armário* gay, segundo as análises dessa autora, o sexo, diferente da sexualidade (“orientação sexual”), sempre esteve dado/conhecido. Quando me refiro ao *passar por*, não trato de uma certa (in)visibilidade em termos de sexualidade, antes, de uma (in)visibilidade de sexo, conforme já apontando na nota 1.

Ainda sobre o *armário* gay, Miskolci afirma que ele é “uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as consequências nas esferas familiar e pública” (2007, p. 58). É, portanto, um regime histórico de (in)visibilidade, mas também de conhecimento (SEDGWICK, 1998). Nesse sentido, não o diferencio da *passabilidade*, ainda que o que se (in)visibiliza não seja a mesma coisa, a *passabilidade* é vista aqui como um regime de (in)visibilidade, logo de conhecimento sobre o

sexo. Dito ainda de outro modo, o que está em jogo na forma de como que se dá ou não determinado conhecimento, em um regime é a sexualidade (*armário*), em outro o sexo (*passar por*).

Ainda assim, a sexualidade também é um marcador de diferenciação em termos de *passabilidade*, afinal, a depender do reconhecimento, isto é, da (in)visibilidade em termos de sexo e gênero em questão, o efeito será uma sexualidade mais inteligível ou menos inteligível. Aí está toda a problemática de parte das pessoas trans em relacionamentos afetivo-sexuais com “pessoas do mesmo sexo”. A dificuldade em nomear algumas pessoas trans por meio de uma interpretação binária e restritiva da sexualidade (heterossexual/homossexual) informa muito sobre as dinâmicas do regime da *passabilidade*. Inclusive, diante desse binarismo, essa dificuldade pode se estender, em muitos casos, também às pessoas não trans que se relacionam afetivo-sexualmente com pessoas trans.

Nota 3:

O fato de a *passabilidade* ser entendida enquanto um regime, indica que ela precisa ser compreendida para além da simples proibição ou autorização. Ao me referir a um regime de (in)visibilidade, o entendo como algo que “traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana” (MISKOLCI, 2017, p. 62). Essa interpretação não apaga a agência das pessoas envolvidas, pelo contrário. Essa ideia de regime envolve uma série de códigos e valores que se impõem como uma espécie de gramática às pessoas envolvidas, nas maneiras como elas podem parecer visíveis, e elas aprendem a lidar com elas, assim como despistá-las (PASSAMANI, 2018). Sobre isso, discuto na nota 5.

O regime, visto nessa perspectiva, tem implicação na teorização sobre sexo. É exatamente pelo *passar por* ser um regime de (in)visibilidade que ela nos indica o quanto sexo é “parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (BUTLER, 2001, p. 153). Em outras palavras, ele não é “simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é” (BUTLER, 2001, p.154-155). Mais que isso, “ele é uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2001, p.154-155).

Contudo, considerando a polissemia dos termos *passabilidade/passar por*, para muitas pessoas, inclusive trans, a noção de *passar* é pouco útil. Segundo Halbestan, “Passar, tradicionalmente, pressupõe que existe um eu que se transforma em um outro eu diferente, e que o faz com êxito; em diversos momentos, este personagem construído pode ser coerente a algo semelhante a uma identidade” (2008, p. 44). Para o autor, a pessoa que *passa por* se “converteu em”. Então, a partir dos seus estudos, questiona o fato de uma “mulher biológica” se apresentar a si mesma como *butch (sapatão)*, mas *passar por* homem em algumas circunstância e ser vista como uma *butch* em outras, e não se considerar a si mesma uma mulher, mas mantém uma distância em relação à categoria “homem”. Ao invés de responder a provocação de Halberstan (2008), coloco-a aqui para nos alertar do quanto as categorias êmicas, mesmo sob análise, precisam ser empregadas de forma não generalizante, muito menos como tendo certa autoridade enquanto experiência e significação que possa servir para ser usada indiscriminadamente. Sobre a ideia de alguém, homem ou mulher, ser lido como “biológico”, discuto na nota 7.

Nota 4:

O regime aqui discutido depende das relações com o Outro. Afinal, “se o gênero vem a nós em um primeiro momento como uma norma de outra pessoa, ele reside em nós como uma fantasia ao mesmo tempo formada pelos outros e parte de nossa formação” (BUTLER, 2018, p. 37). Assim, o gênero reconhecido, leia-se inteligível, apresenta um corpo igualmente não abjeto, tido como “natural” ou “biológico”.

Em relação ao corpo, como apontou Butler, concebê-lo “como algo construído exige re-conceber a significação da sua própria construção” (2008, p. 14). Para isso, por exemplo, deve-se atentar aos discursos e aos artefatos produzidos tanto no campo médico, como no jurídico, instâncias fortemente demarcadoras das normas e das convenções no que se refere a gênero e sexualidade em nosso tempo (TEIXEIRA, 2013). Historicamente, os poderes médico e jurídico já constituíram, de formas bastante específicas, a relação entre *passabilidade* e reconhecimento social, afinal, outrora já foi exigido autorização de um médico e de um juiz, por exemplo, para que se pudesse, caso a caso, ter o nome e o sexo alterado nos documentos civis. A *passabilidade* era um requisito em muitas situações jurídicas e médicas para que se conquistasse direitos, seja por meio de fotografias em processos judiciais, ou discursos

patologizantes em consultas médicas. Hoje, sabemos que é possível resolver a retificação de sexo e nome nos documentos sem ter que passar pelo médico ou juiz.

Essas mudanças indicam o quando “há sempre uma forma de organizar a percepção e a experiência, que pode se convencionalizar, assumindo padrões, mas que se atualiza, ou se efetiva, a cada instância em que são realizadas.” (NUNES, 2005, p. 155). Exatamente por isso esse regime indica o quanto, historicamente, o corpo sempre é dinâmico, o que não é o mesmo que afirmar que o corpo seja sempre escorregadio ou excessivamente único, afinal, “os corpos só surgem, só permanecem, só sobrevivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores com alto grau de generalização” (BUTLER, 2008, p. 14).

Nota 5:

A *passabilidade* ocorre por meio do uso de um conjunto de tecnologias. Essas tecnologias a constitui, a torna possível. Inegavelmente, a principal tecnologia que caracteriza a *passabilidade* diz respeito, para uma grande parte das pessoas trans, ao que Preciado (2018) identificou como farmacopoder transnacional. A farmacopornografia é um regime pós-industrial, global e midiático. “O termo se refere aos processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a *Playboy* são dois resultados paradigmáticos” (2018, p. 36). Para o autor, “O biocapitalismo farmacopornográfico não produz coisas, e sim ideias variáveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas e condições de alma” (2018, p. 38). Ele prossegue a sua caracterização afirmando que “O negócio farmacopornográfico é a invenção de um sujeito e, em seguida, sua reprodução global” (2018, p. 38).

Contudo, sabemos que esse/a sujeito/a reproduzido/a farmacopornograficamente, nos termos do autor anteriormente citado, pode ser problematizado via o *passar por*. Afinal, o regime de (in)visibilidade funciona mesmo quando a atuação desse tipo de biocapitalismo não tem tanta força, ou, quando a inteligibilidade ocorre fora dos seus limites. Esta nota 5 nos permite, com uma inspiração decolonial, olhar para a produção de Preciado (2018) como não correspondendo a todas as experiências de reconhecimento. Afinal, em contextos economicamente bem diferentes daqueles conhecidos por Preciado (2018), há casos de *passabilidade* em que a pessoa se quer conseguiu ter contato às tecnologias propriamente farmacopornográficas. Além disso, experiências analisadas em contextos culturais nacionais bastante específicos também indicam os limites da generalização feita pelo autor. Marcadores

sociais como religiosidade, geração, regionalidade e classe configuram sujeitos/as generificados/as muito variavelmente inteligíveis, para além do alcance simplesmente farmacopornográfico (PEREIRA, 2012; DUQUE, 2019b e DUQUE, 2020a).

No entanto, aqui não se trata de negar os efeitos do “negócio farmacopornográfico” na contemporaneidade, mesmo porque hormônios e cirurgias fazem parte de muitas experiências de pessoas trans *passáveis* e *não passáveis*. Antes, apontar para o quanto, em termos desse tipo de biocapitalismo, há possibilidades de escapar às expectativas dos usos dessas tecnologias específicas. Portanto, é oportuno relativizar o poder de certas tecnologias médicas que, segundo Rose, “não são mais apenas tecnologias da saúde, mas tecnologias da vida” (2011, p. 16).

Nota 6:

A viabilidade da inteligibilidade, por meio da *passabilidade*, é um aspecto importante das experiências trans. Almeida (2012) avalia que o *passar por* é buscado e valorizado, por exemplo, por homens trans, devido ao desejo predominante de sumir na multidão, o “direito à indiferença”. O autor afirma que “essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero” (ALMEIDA, 2012, p. 519).

Nesse sentido, a invisibilidade precisa ser vista também em uma perspectiva analítica, afinal, ela indica o quanto a realidade de pessoas trans, mesmo as menos visíveis enquanto trans, aponta para a violência que elas enfrentam no Brasil. Os dados mais recentes da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), mostra que, de janeiro a agosto de 2020, foram 129 assassinatos de pessoas trans, um aumento de 70% em relação ao mesmo período de 2019.

Levando em consideração as inúmeras diferenças culturais/nacionais, questões de violência e discriminação estão presentes nessa busca por reconhecimento, mesmo quando a experiências não se referem a pessoas trans como estamos aqui nos referindo, mas, igualmente, se referem àquelas/es que são alocadas/os fora das expectativas normativas mais essencialistas e binárias em termos das identificações. Kennedy (2001), por exemplo, faz uma reflexão histórica sobre os negros nos EUA que buscavam *passar por* brancos devido toda segregação racial daquele país. Além disso, ele aponta para uma inversão nesses processos de

identificação destacando os casos de brancos que buscam *passar por* negros devido às políticas de Estado voltadas exclusivamente para a população negra. Mills (1999) também faz referência a esse fenômeno, indicando para outras experiências desse tipo, como as dos judeus que buscam *passar por* gentios e homossexuais por heterossexuais em contextos também estadunidenses. Segundo a autora, há sempre uma intenção de conseguir status de grupos “privilegiados”. Sobre a ideia de “privilégios” e *passabilidade*, discuto nas notas 7 e 10.

Mais do que uma crítica injusta a processos de reconhecimento identitário, vale a pena problematizar que a busca por direitos precisa ser entendida em sua complexidade, especialmente quando o assunto são identificações e diferenciações. Afinal, como aponta Carrara (2010), “se o imperativo da visibilidade no nível das políticas públicas fortalece certas identidades ou grupos, também os expõe a um controle mais minucioso por parte de diferentes instâncias do poder estatal” (2010, p. 144). Para Seffner, “a euforia pela conquista de direitos não pode nos fazer esquecer que muitos destes ‘direitos’ são, no fundo, amarras tirânicas em formas de experimentação dos prazeres e modos de ser da população LGBT” (2011, p. 65).

Nota 7:

A *passabilidade*, caso colocada sob análise, denuncia o funcionamento da construção do que vem a ser a “natureza” do sexo. Vieira e Bagagli (2018), ao se referirem a experiências trans de quem foi assignada como sendo do sexo masculino ao nascer, mas se identifica como mulher, apontam que não há recusa em se dizer “parece uma mulher, mas não é de verdade”. No caso das mulheres trans, “a recusa está em dizer ‘é’, porque a noção de ‘verdadeiro’ é a noção de natureza” (VIEIRA e BAGAGLI, 2008, p. 361). Para elas, o problema está na noção de “natureza” entendida “tanto pelos processos que ocorrem no mundo sem nenhuma interferência tecnológica/humana quanto por tudo aquilo que diz respeito à biologia” (VIEIRA e BAGAGLI, 2008, p. 361).

Posto isso, a ideia de “natureza”, na lógica binária, corresponderia ao que o transfeminismo tem criticamente identificado como “cisgeneridade”, isto é, ao oposto a transgeneridade. Jesus (2016) chega a afirmar que existe um sistema com “c”: “cistema”. Para ela, ele seria uma referência à normatividade da sociedade cisgênera sobre os corpos e gêneros não conformes” (2016, p. 231).

Sendo este artigo teórico, cabe ressaltar o que constatou Oliveira: “A normatização da cisgeneridade como constitutiva da negritude interfere nas pesquisas acadêmicas” (2020, p. 207). A própria autora Jesus (2016) chama a atenção para a questão cis e sua implicação em termos de raça/cor: ao caracterizar o “cistema”, o aponta como brancocentrado.

Oliveira (2020), nesse sentido, faz a crítica, anteriormente informada, em relação aos estudos das relações étnico-raciais terem se silenciado diante das experiências de travestis nos debates sobre ancestralidade. Mas, considerando o aspecto histórico dessa discussão, creio ser oportuno pensar essa crítica para além destes estudos sobre raça/cor em específicos, o que ainda parece estar por se fazer.

No que se refere a discussão aqui presente, considerando o que foi informado na introdução deste artigo, faz todo o sentido referir-me a pessoas não trans, isto é, nos termos aqui apresentados, a pessoas cis, ao tratar da *passabilidade*, pelo fato deste regime de (in)visibilidade aqui discutido também envolver pessoas que não são auto identificadas como trans.

Assim, seja pela existência do “cistema” (JESUS, 2016) e seu efeito entre pessoas trans ou pelo fato do regime aqui discutido envolver pessoas cis, vale a pena pensar na falsa oposição que esse regime pode indicar: a ideia de que existem pessoas “naturais” (as cis) e as “não naturais” (as trans), ainda que, repito, ele envolva os “dois grupos de pessoas”. Favero (2020) também problematiza a ideia de “natureza”, leia-se “biologia”, das pessoas cis. A autora provoca as lógicas normativas, apontando o quando elas parecem indicar que existem pessoas “com biologia” (as cis) e outras “sem biologia” (as trans).

Entre outras questões, Favero (2020) indica o quando a cisgeneridade não pode ser lida analiticamente como ilesa diante de diferentes marcadores sociais, o que permite problematizar a ideia de “privilégio cis” diante das próprias experiências trans. São exatamente os marcadores sociais das diferenças, sempre interseccionados, que permitem pessoas cis, por exemplo, *passarem por* trans, nos mais diversos contextos e situações, trazendo-nos provocações interessantes sobre limites analíticos quando usamos hierarquias fixadoras de modelos de sistemas de opressão que não dão espaço para a visibilidade da agência. Sobre agência, discuto na nota 10.

Nota 8:

Sendo a *passabilidade* um regime, pode envolver quem é estudado e quem estuda, mesmo a/o pesquisadora/or não sendo trans. Isso reforça o quanto o corpo, seja ele trans ou não, é sujeito de dinâmicas sociais, lócus de articulação de relações e legitimador de princípios sobre a sociedade (MONTEIRO, 2012). Essa compreensão localiza as discussões do que tenho chamado de “lugar de corpo”, isto é, o reconhecimento que temos, enquanto pesquisadoras/res, materialização social, e, por isso, lugar histórico-corporal. A materialização dos corpos, de quem estuda e de quem é estudado, comumente quando a questão são as experiências trans, tem como origem as mesmas normas binárias de inteligibilidade (DUQUE, 2020b).

Ainda assim, do ponto de vista analítico, os corpos, em si, dizem pouco sobre as dissidências. Elas precisam ser compreendidas por meio dos contextos históricos e situacionais das produções das diferenças (sempre a partir de diferentes marcadores sociais não necessariamente pré-definidos). Afinal, mesmo a experiência corporal sendo uma das dimensões para a produção da rebeldia, “a consciência política e a agência transformadora não são determinadas pelas estruturas biológicas, por experiência localizável exclusivamente no corpo” (BENTO, 2011, p. 105).

Isto é, nem sempre ser diferente, ter um “lugar de corpo” fora da norma, garantirá a dissidência, por isso a compreensão interseccional da *passabilidade* precisa permitir a observância analítica da agência e do “cistema” (JESUS, 2016), pois é o contexto da interação, ou da experiência localizada, que nos trará as condições históricas de existência e os efeitos do regime de (in)visibilidade do *passar por*.

Em meados da década de 1980, isto é, já há quase quarenta anos, Cardoso (1986), em referência a estudos das Ciências Sociais que estavam focados em classe, periferias das cidades ou mobilização política, já afirmava algo que tem sido muito discutido ultimamente no campo das Ciências Humanas. Segundo a autora, se por um lado começávamos a valorizar as pesquisas engajadas no sentido de dar importância aos dados empíricos, no sentido de “repensar a noção de determinação e de processos estruturantes para reconhecer um espaço para os sujeitos sociais” (CARDOSO, 1986, p. 99), por outro lado, deixou-se de lado a discussão sobre a natureza do conhecimento científico e o papel da subjetividade como instrumento de conhecimento.

Nesta nota 08, quero chamar a atenção para isso. A *passabilidade* parece-me um tema oportuno para, conforme a autora indica, nós pesquisadoas/es investirmos na análise do nosso próprio modo de analisar, sejamos trans ou não. “Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos”. (CARDOSO, 1986 p. 103). Isso, tanto em relação a quem estuda como para quem é estudado. É mais que um sair do *armário* epistemológico, é também se perceber no próprio regime de *passabilidade*. Afinal, enquanto cientistas, também se tem um “lugar de corpo” inteligível (ou não) em termos de gênero e outras diferenças.

Nota 9:

Segundo Demétrio, “a passabilidade pode ser, também, definida como um modus operandi social de (re)produção da cisheteronormatividade, como norma simbólica e política de gênero e sexualidade, hegemônicas na sociedade” (2019, p. 10). De forma a complexificar essa discussão, Demétrio chama a atenção para, “se por um lado, a passabilidade trans possibilita maior ‘reconhecimento social’, e segurança social para muitas pessoas trans e travestis, por outro, pode ser uma armadilha cis-política” (2019, p. 10). Segundo a autora, essa armadilha pode corroborar com a cis-política, a ciscolonização, a invisibilização, o apagamento e a deslegitimação social das identidades trans, assim como de outras identidades de gêneros dissidentes.

Então, a discussão teórico-analítica sobre a *passabilidade* também indica uma urgência política no tema. Afinal, esse regime, em sua perspectiva interseccional, pode invisibilizar experiências também de raça/cor, classe, sexualidade, entre outras, que não somente de sexo e gênero.

Nesse sentido, vale a pena discutirmos as possibilidades de agenciamento das pessoas envolvidas. Ao tratar de agência, estou fundamentado na ideia de que a sua existência indica o quando “é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (BRAH, 2006, p. 374). A *passabilidade* pode nos indicar, a depender do momento histórico e/ou contexto, tanto uma coisa (desigualdade) como outra (igualitarismo).

Na nota 6 discuti a questão da violência (leia-se também exploração, desigualdade e opressão) que envolve este regime. Nesta nota 9, chamo a atenção para a possibilidade de “formas democráticas de agência política”. Nos termos de Ortner (2007), parte do que se pode compreender em relação a agência tem a ver com a intencionalidade e com o fato de se perseguir projetos, sempre culturalmente definidos. E, também, de forma entrelaçada, tem a ver com o poder, com o fato de agir em contextos de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais. Nesse sentido, quando me refiro aqui a agência, não quero dizer capacidade de agir de maneira autossuficiente. Isso, inclusive, explica o quanto a *passabilidade* foge ao controle individual em tantas situações cotidianas, isto é, mesmo buscando, querendo e empenhando-se em *passar por*, nem sempre isso é possível. O contrário também é verídico, afinal, há experiências de se constituir-se como *não passável*, para escapar a certos processos normativos de reconhecimento binário, mas nem sempre se consegue tal experiência dissidente.

Dito isso, não trata-se de recusar a existência da “cis-política” (DEMÉTRIO, 2019), antes, compreender que o processo de subordinação, sendo ele um processo de incorporação das normas sociais, não apenas constitui a/o sujeita/o, mas possibilita condição de potência, pela qual ressignificam suas práticas e experiências (FURLIN, 2013). Essa visão constitui, segundo Furlin (2013), a própria noção de performatividade de gênero conceituada por Butler (2003).

A concepção de um sujeito reflexivo e resistente aos olhos de Butler é um sujeito performativo, sendo uma produção ritualizada das normas, mas que não o determina totalmente (FURLIN, 2013). Portanto, também levando em consideração o que foi apontado sobre a conceituação de experiência na introdução deste texto, para melhor compreender o regime aqui em tela, faz-se necessário reconhecer a possibilidade de agência.

Nota 10:

Quando afirmo que a experiência da *passabilidade* é interseccional, analiticamente, aponto para uma perspectiva menos centrada na abordagem do feminismo negro de Crenshaw (2002), e mais em uma perspectiva pós-colonial (BRAH, 2006 e MCCLINTOCK, 2003). A abordagem por meio da perspectiva interseccional de Crenshaw (2002), como aponta Piscitelli (2008), às vezes recebe críticas por dar pouca ênfase à experiência/agência e mais atenção aos eixos classificatórios de raça/cor, gênero, sexualidade, classe, etc. Sem

desconsiderar a importância das discussões pioneiras de Crenshaw (2002), cabe apontar que estes eixos classificatórios, a partir da sua leitura interseccional, são vistos como sistemas de opressão, tornando a diferença, de forma genérica, desigualdade (PISCITELLI, 2008).

Proponho, sem negar a existência de sistemas, inclusive do “cistema” (JESUS, 2016), conforme discutido na nota 7, olharmos para a interseccionalidade de modo que ela nos permita encontrar nas contradições das categorias de articulação (de raça/cor, gênero, sexualidade, classe, etc.) “estratégias para a mudança” (PISCITELLI, 2008). Essas estratégias podem se referir a inúmeras possibilidades de agência dos/as sujeitos/as, historicamente situadas. Essas contradições, por sua vez, têm relação direta com os processos de identificação que devem ser problematizados, especialmente em contextos de hierarquias e desigualdades. Afinal, em relação às identidades, conforme nos ensina Hall (2000), elas “podem funcionar ao longo de toda a sua história como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade de excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto” (2000, p. 110).

Essa percepção implica em uma compreensão identitária que perceba essa dinâmica/produção da agência e dos marcadores sociais da diferença entre si. Identitariamente, necessitaríamos de menos binarismos, ainda que eles possam ser usados para enfrentar os contextos hierárquicos, desiguais. Não é encarar o funcionamento das identidades sem possibilidade de excluir, antes, problematizar, por meio da interseccionalidade, essa exclusão citada por Hall (2000). Por exemplo, nem toda exclusão, nesses termos da identificação, precisa levar a “o/a diferente”, isto é, “o exterior”, à abjeção.

Em um certo sentido, essa abordagem nos permite compreender que a *passabilidade* não é, de antemão, garantia de uma experiência dissidente em termos de identificação, nem mesmo sinal de alguém oprimido (sem agência) em todo e qualquer contexto histórico ou situação. Esse olhar também pode nos fazer entender, de um modo particular, o funcionamento das violências sofridas por pessoas trans. Analiticamente, a epistemologia da *passabilidade* sob análise interseccional, nos termos aqui apresentados, pode contribuir para pensarmos em novos mecanismos de enfrentamento das violências relacionadas às experiências desse regime de (in)visibilidade.

Considerações finais

“O dispositivo histórico deve ser interpretado como uma sofisticada tecnologia que organiza nossas percepções sobre quem fomos e somos nós” (BENTO, 2018, p. 16). Sendo assim, a discussão teórica, aqui desenvolvida em voz alta, busca contribuir para compreensões de como essas percepções, em termos de sexo, gênero e outros marcadores sociais, podem ter origens em regimes históricos de produção de reconhecimento. Historicizar as identidades é apontar para a sofisticação das tecnologias do dispositivo histórico em suas especificidades de diferenciação.

A proposta, então, é reconhecer que a *passabilidade*, sendo interseccional, nos ensina sobre o contexto que permite o regime existir, sempre a partir de diferentes marcadores sociais, indicando que a (in)visibilidade do sexo só pode ser compreendida em sua complexidade se for localizada nas e pelas diferenças historicamente produzidas. Essa forma de compreender a interseccionalidade aqui sugerida, aponta para os marcadores sociais da diferença existindo em relação entre si e através dessa relação, ainda que de modos contraditórios e em conflito (MCCLINTOCK, 2003).

Sugiro seguirmos discutindo este regime de (in)visibilidade que é a *passabilidade*, tendo em vista que não se trata de olhá-lo como sendo identitário, ainda que trate de identidade. Pensar as circularidades de inteligibilidade, historicamente produzidas, situadas e em transformação pode nos trazer interpretações sobre novas necessidades de transformações sociais em torno da diferenciação entre grupos lidos como subalternos e grupos lidos como “privilegiados”. A partir dos sistemas de opressão, tão presentes quando a questão é diferenças produzidas historicamente, a possibilidade de agência tende a nos fazer revisitar apostas teórico-políticas, tomando a diferença não generalizada enquanto desigualdade.

O que as dez notas analíticas aqui apresentadas também nos permitem concluir é que não se tratou neste texto de um regime de (in)visibilidade fadado a repetição/reprodução, tão pouco a-histórico. Exatamente porque as pessoas resistem a ele, e a partir dele, que, ele seguirá nos colocando novos desafios. Uma aposta que me parece bastante difundida, mas que pode ser ainda mais complexificada, é a análise interseccional de experiências como a da *passabilidade*, que nos torna, a partir do nosso “lugar de corpo”, mais próximos em termos de identificações, diferenciações e expectativas normativas (atingidas ou não).

Logo esse regime do *passar por* deixará de fazer tanto sentido, como a própria experiência do *armário* gay teve seus efeitos alterados pelas parcas vitórias da luta por direitos em contextos específicos. Atentemo-nos ao tempo e aos efeitos sempre contextuais daquilo que encontramos enquanto categorias êmicas, especialmente quando se referem às experiências de (in)visibilidade das diferenças, que tanto tem a nos ensinar quando as colocamos sob análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: Novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). *Boletim* n. 04, 2020.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. *Política da Diferença: Femininos e Transexualidades*. In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. p. 79-110.

BENTO, Berenice. Prefácio. In: SOUZA NETO, Aguinaldo Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. *História e teoria queer*. Salvador: Editora Devires, 2018. p. 15-17.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376, janeiro-junho, 2006.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 153-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”*. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos ou como escapar das armadilhas do método. In: _____ (org.) *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.

CARRARA, Sérgio. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil contemporâneo. *Revista Bagoas*, n. 5, p. 131-147, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, p. 171-189, 2002.

DEMÉTRIO, Fran. Pele trans, máscaras cis: eu tive que “cispassar por” para chegar até aqui. Prefácio. In: DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre o (não) passar por homem e/ou mulher*. Salvador: Devires, 2019. p. 09-13.

DUQUE, Tiago. “Mas, não é travesti?”: reflexões político-teóricas sobre Inês Brasil. In: JESUS, Dánie Marcelo de; MELO, Glenda C. Valim de; TCHALIAN JÚNIOR, Vicente; GONÇALVEZ, Sara Wagner. (Orgs). *Corpos transgressores: políticas de resistências*. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre o (não) passar por homem e/ou mulher*. Salvador: Editora Devires, 2019a.

DUQUE, Tiago. A travesti, a onça pintada e a sucuri: reflexões sobre regime de visibilidade no Pantanal, MS. Século XXI: *Revista de Ciências Sociais*, v. 9, n. 1, p. 93-122, 2019b.

DUQUE, Tiago. O Sexo-currículo de Lourival na era digital. In: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (Orgs.). *Queer(i)zando currículos e Educação: narrativas do encontro*. Salvador: Editora Devires, 2020a. p. 93-108.

DUQUE, Tiago. Corpo de fala e pesquisa: autorreflexões sobre identidade e diferenças. NOGUEIRA, Gilmaro; MBANDI, Nzanga; TRÓI, Marcelo de. (Orgs.). *Lugar de fala: conexões, aproximações e diferenças*. Salvador: Editora Devires, 2020.b. p. 71-77.

DUQUE, Tiago. *Montagens e Desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

FAVERO, Sofia. *Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato*. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 13, n. 20, 19 jun. 2020.

FURLIN, Neiva. *Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social*. Sociedade e Cultura, v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez. 2013

HALBERSTAM, Judith/Jack. *Masculinidade Feminina*. Barcelona: EGALES Editorial, 2008.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?” In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

JESUS, Jaqueline Gomes de. As guerras de pensamento não ocorrem nas universidades. In: COLLING, Leandro (Org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 217-237

KENNEDY, Randall. Racial Passing. *Ohio State Law Journal*. v. 62, n. 1145, 2001.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LEITE JÚNIOR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial Raça, travestismo e o culto da domesticidade. *Cadernos Pagu*, n. 20, p. 7-85, 2003.

MILLS, Claudia. “Passing”: The Ethics of Pretending to Be What You Are Not. *Social Theory and Practice* 25.1 (1999): 29. *Academic One File*. Web. 12 July 2013.

MISKOLCI, Richard. Comentário [sobre A Epistemologia do Armário de Eve K. Sedgwick]. In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. *Cadernos Pagu*. Campinas. n. 28, p. 55-63, 2007.

MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MONTEIRO, Marko S. *Alves Monteiro. Os dilemas do humano: reinventando o corpo em uma era (bio)tecnológica*. São Paulo: Annablume, 2012.

NUNES, Jordão Horta. *Interacionismo simbólico e dramaturgia. A sociologia de Goffman*. Goiânia: Associação Editorial Humanitas, 2005.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Nem deusa, nem louca, nem feiticeira, nem criminosa: ancestralidade negra travesti em África e na Diáspora! In: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (Orgs.). *Queer(i)zando currículos e Educação: narrativas do encontro*. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 192-210.

ORTNER, Sherry. *Poder e Projetos: reflexões sobre a agência*. In: GROSSI, Miriam et al. (Org.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília: ABA/ Nova Letra, 2007. p. 45-80.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. *Batalha de Confete: envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal-MS*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo. Queer nos trópicos. Contemporânea – *Revista de Sociologia da UFSCar*. v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Internseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*. v.11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

PRECIADO, Paul. *Texto Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSE, Nikolas. Biopolítica molecular, ética somática e o espírito do biocapital. In: SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida*. Rio Grande: FURG, 2011, p. 13-31.

RUBIN, Gayle. "Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality". In: VANCE, Carole S., ed., *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, Boston: Routledge and Kegan Paul, 1984. p. 267-319.

SCOTT, Joan Wallach. A Invisibilidade da Experiência. *Projeto História*. São Paulo, 1998. p. 297-325.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemologia del armario*. Barcelona: Ediciones de La tempestad, 1998.

SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. p. 37-56.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. *Dispositivos de dor: saberes-poderes que (con)formam as transexualidades*. São Paulo: Annablume, 2013.

VIEIRA, Helena; BAGAGLI, Bia Pagliarini. O transfeminismo como resultado histórico das trajetórias feministas. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 351-378